

## GT 4. Imperialismo, nacionalismo e militarismo na América Latina

# Capitalismo monopolista no Brasil: a implantação do novo padrão de acumulação do capital e a redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder

Natalia Cabau Seves<sup>1</sup>

**Resumo:** Desde a acumulação primitiva, o capital cria diversas formas ou padrões de reprodução da lógica acumulativa a partir de processos de espoliação/expropriação, por exemplo: os cercamentos ("enclosures") na Inglaterra, as colonizações mundo-afora – em diferentes períodos –, e a partilha do mundo entre as economias centrais do capital mediante um processo que ficou conhecido por *Imperialismo*. O presente artigo pretende demonstrar alguns elementos do processo de chegada do Imperialismo no Brasil e suas consequências principais no plano político brasileiro. Será considerada, neste plano, a relação entre Estado e luta de classes e a redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder no contexto da ditadura militar no Brasil. As mudanças do regime político e da forma de Estado presentes no processo da ditadura militar no Brasil são de extrema importância para se pensar o quadro das especificidades brasileiras dentro de uma lógica global de transformações capitalistas.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Imperialismo; Bloco no Poder; Estado; Luta de classes.

### A implantação do novo padrão de acumulação no Brasil

O capitalismo monopolista é resultante de um processo de grande aumento da indústria e também da concentração da produção em empresas que se tornam cada vez maiores, e que, ao alcançar seu mais alto nível de desenvolvimento, necessitam da reunião – numa só empresa – dos mais diferentes ramos industriais combinados. Criam-se, portanto, os

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Endereço eletrônico: nataliacabau@hotmail.com.

monopólios. O surgimento dos monopólios é uma lei geral que identifica o chamado *estágio superior do capitalismo*, ou melhor, o imperialismo como fase superior do desenvolvimento capitalista mundo-afora. Antes de mencionar as especificidades da chegada do capital monopolista no Brasil, é importante considerarmos uma conceptualização geral sobre o significado de imperialismo que adotamos:

(...) sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger as múltiplas relações de um fenômeno na integralidade de seu desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua as seguintes cinco características fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2012).

Dentre as cinco características fundamentais (e gerais) do imperialismo dadas por V. I. Lenin, analisemos as especificidades da inserção dos monopólios no Brasil e seus resultados políticos, sociais, econômicos e culturais para a sociedade brasileira nesta conjuntura.

A expansão do capitalismo monopolista no país, não foi um efeito do desenvolvimento capitalista no seu interior. Essa transição para um novo padrão de acúmulo de capital se deu pela reorganização do aparelho de Estado, pela militarização do poder político estatal e, também, pela reorientação da política econômica orquestrada pelo Estado brasileiro. Na passagem seguinte, pode-se perceber explicitamente a adesão de Florestan Fernandes às teses marxistas sobre o imperialismo e o acúmulo do capital de Vladimir I. Lenin para refletir a realidade brasileira:

Todavia, nada disso [*militarização e reorientação político-econômica do Estado brasileiro*] foi posto a serviço de uma transição independente e não ocorreu nenhuma ruptura nas relações de dependência: ao contrário, atrás da crise política (a partir de dentro) havia uma crise econômica (de fora para dentro), e esta se resolveu através da reorganização do padrão de dominação externa (que é o que significou a passagem do *capitalismo competitivo* para o *capitalismo monopolista*: uma nova forma de submissão ao imperialismo). (FERNANDES, 2006, *Grifos Nossos*).

Podemos distinguir os vários padrões de desenvolvimento capitalista, e estes padrões correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente – no mais das vezes – no caminhar da história. No Brasil, o desenvolvimento capitalista significou momentos distintos em cada uma das três fases que marcaram a consolidação interna desse modo de produção como dominante<sup>2</sup>. E, nas três situações sucessivas, o desenvolvimento capitalista apresenta os traços típicos de uma nação *periférica e heteronômica*. Isso é reflexo de que o capitalismo sempre foi percebido e dinamizado socialmente pelas classes dominantes, segundo seus mais particulares interesses classistas.

Assim, a continuidade da dominação imperialista, a exclusão da *população não-possuidora* do mercado e do sistema de produção capitalista, a industrialização autônoma, dentre outros, foram garantidos pela burguesia recém formada no país. Nem tudo foi uma imposição do imperialismo – de fora para dentro –, a classe dominante construiu o “capitalismo dependente” como realidade, mediante seus próprios esforços.

Existe um ponto convergente indiscutível entre as teses sobre a revolução no Brasil de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr: O caráter dependente do capitalismo no Brasil. Para Caio Prado Jr, o imperialismo é apenas mais uma etapa do desenvolvimento do capital que chega ao Brasil da mesma forma que as etapas anteriores, seguindo ainda a sua noção de *sentido da colonização*. Vejamos o que afirma o autor a este respeito:

O capital e as iniciativas imperialistas não encontrarão aqui, como se deu na África e na Ásia, um estrutura econômica e organização social que deviam ser preliminarmente remodeladas em maior ou menor escala, e amoldadas à natureza de suas atividades e aos seus interesses. O terreno já se achava para isso preparado e predisposto. Também não se verificaram choques e conflitos de outra natureza, sociais e étnicos. Os imperialistas europeus, logo em seguida também os norte-americanos, encontraram no Brasil uma civilização e uma cultura em essência análogas às deles, pois eram da mesma origem. Burguesia brasileira e representantes do imperialismo poderão assim se entender perfeitamente. (PRADO JR, 1987).

Vejamos passo a passo este processo: A eclosão do mercado capitalista moderno é uma fase de transição neocolonial, que, grosso modo, pode ser assinalada desde a Abertura dos Portos até meados do século XIX. Já o *capitalismo competitivo* se caracteriza pela consolidação e disseminação deste mercado interno, demarcado entre o último quartel do

---

<sup>2</sup>“O modo de produção constitui um objeto abstrato-formal que, no sentido rigoroso do termo, não existe na realidade. (...) De fato, existe apenas uma formação social historicamente determinada, isto é, um todo social. (...) A própria formação social constitui uma unidade complexa com dominância de um certo modo de produção sobre os outros que a compõem.” (POULANTZAS, 1977, p.14-15).

século XIX à década de 1950. Em seguida, a irrupção do *capitalismo monopolista* é marcada pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais dos monopólios e oligopólios. Esta última fase pode ser alocada entre o fim da década de 1950 e adquire caráter estrutural posteriormente ao *Golpe Civil-Militar de 1964*. Deve-se deixar claro que a divisão em fases do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, combinadas as demarcações espaço-temporais, serve somente para fins didáticos que possibilitam maior compreensão destas transformações.

Graças à incorporação da economia do país ao mercado mundial, um salto econômico marcou a transição neocolonial. Os arranjos estruturais resultantes criaram uma economia articulada, mas dotada de dinamismos próprios e de potencialidades de crescimento em longo prazo. E com fundamento na articulação da economia urbano-comercial com a economia agrária, inicia-se uma autêntica revolução urbana, que iria crescer de modo lento e descontínuo. O setor agrário não tinha base material suficiente para poder romper com o regime escravista, enfim, com o sistema de produção escravista. Já os novos grupos econômicos concentram-se nas oportunidades “abertas pela eclosão e disseminação do capitalismo moderno, como se ali estivesse o padrão de desenvolvimento capitalista ideal”. (FERNANDES, 2006).

Depois da extinção do estatuto colonial e da criação de um Estado nacional, as instituições políticas são reelaboradas no Brasil e prendem-se à grande lavoura. Mas a grande lavoura passa a se manifestar com plenitude crescente, principalmente com relação ao café. Grande parte das potencialidades capitalistas dessa grande lavoura foi canalizada para o crescimento interno. Como incentivo para o mercado interno, pode-se falar em uma concentração de esforços para a fundação de um *Estado nacional*, para o *desenvolvimento urbano* e para a necessária *expansão de novas formas de atividades econômicas* – e estas transformações é que marcam um momento de transição para a “*era da sociedade nacional*”.

Tal transição foi convertida, pelo menos no que se refere ao ponto de vista econômico, justamente no período de consolidação do capitalismo. Florestan Fernandes comenta esse processo dividindo-o em duas fases: basicamente, i) fim da homogeneidade da aristocracia agrária; e ii) surgimento de novos tipos de agentes econômicos separados em escala local, regional ou nacional (divisão do trabalho). Alguns senhores rurais deixam o campo e, na cidade, passam a se “aburguesar”, assumindo para si os padrões cosmopolitas do meio urbano de vida. Simultaneamente, surgiram novos tipos humanos que escapavam completamente dos traços tradicionalistas/senhoriais. A esfera de serviços se intensifica dentre vários níveis

(elites, massas, assalariados), principalmente nas regiões que mais se desenvolveram em proveito do surto cafeeiro combinado à imigração. Em linhas gerais, foram desses estratos sociais aqui citados que procederam os mais modernos representantes do “espírito burguês”.

As modificações das relações de produção são acompanhadas, não por mero reflexo, mas por uma *relação dialética*, por modificações no conjunto das superestruturas. Aqui, a criação do Estado nacional é característica de uma transformação das instituições políticas que passavam de escravistas a capitalistas. Tal processo ganhou um caráter apenas político, no início. Houve uma revolução, porém uma revolução no sentido estrito do termo, ou ainda, uma *revolução política*, que depois seria acompanhada pelas modificações das relações de produção – o que evidencia a existência desta relação dialética entre estrutura e superestrutura no plano histórico-concreto. A esse respeito, afirma Décio Saes:

O destino do Estado escravista moderno no Brasil será selado pelos acontecimentos políticos de 1888-1891. A abolição da escravidão, em 1888, significa não apenas o fim do regime de trabalho escravista como também a destruição do direito escravista, que era o fundamento de toda a organização do Estado. A Proclamação da República, em 1889, e a Assembleia Constituinte, em 1891, completam o trabalho iniciado pela Abolição, na medida em que promovem a abertura do aparelho de Estado a todos os homens, agora declarados “cidadãos”. A Revolução política de 1888-1891 leva portanto à formação, no plano nacional, de uma estrutura jurídico-política burguesa ou capitalista. (SAES, 2001).

Ao capitalismo competitivo era necessária a consolidação e a ampla difusão do mercado capitalista moderno. As transformações envolvidas nesse processo requeriam um crescimento constante das populações urbanas, o que possibilitaria a reconfiguração espacial/geográfica, econômica, política e sociocultural necessária a tal concretização. Havia, nos movimentos demográficos em direção às cidades, todo tipo de gente. Muitos eram de alta e média renda. E os grupos de baixa renda buscavam as oportunidades de trabalho livre. Ao lado destes contingentes humanos ainda havia escravos, forros e vários tipos de libertos – para esta parcela da população ficavam as atividades domésticas, artesanais, em suma, as atividades mais árduas e degradantes.

Em contrapartida, o desenvolvimento da forma monopolista de capitalismo se difere da fase anterior no seguinte sentido: a transição para o capitalismo monopolista não havia sido tranquila nem mesmo nas economias centrais, por isso sua irradiação para a periferia apresentou dificuldades não observáveis no caso do capitalismo competitivo. O capitalismo monopolista é resultado de uma tensão entre as sociedades centrais e também entre o próprio

capitalismo e o chamado *socialismo real* da União Soviética. Sua primeira fase se dá junto da Primeira Guerra Mundial (1914-18) e da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. Se o cenário de implantação do capitalismo monopolista era tenso quando se olhava para as sociedades centrais, quando este olhar se recai sobre a periferia se tem uma maior complexidade e dificuldade dentre todas as outras formas de eclosão de mercado capitalista anteriores.

O quadro global só se agrava quando vem a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-45). O capitalismo monopolista marcou a periferia como fornecedora de matéria-prima, definitivamente. O desenvolvimento econômico das sociedades centrais incorporou à estrutura, à dinâmica e ao crescimento econômico destas, as formas primárias de funcionamento do capitalismo periférico.

Graças a esse quadro global, não é só a transferência do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista das economias centrais para as economias periféricas que possui um caráter político. A própria implantação, a posterior irradiação e a consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas terão de assumir também um caráter especificamente político. (FERNANDES, 2006).

As tensões mundiais entre as potências (economias centrais) e também a polarização do mundo entre capitalistas e “comunistas” exerciam um devastador impacto político e social no globo. Porém, nunca os negócios foram tão bem – as próprias guerras podem ser consideradas formas de acúmulo capitalista. O capital financeiro, os grandes banqueiros e os oligopólios industriais junto das forças armadas, enriqueciam a custa da morte e da violência nas guerras. Dividiram o mundo entre si e, assim como toda a história do capitalismo, espoliaram violentamente qualquer força contrária ao seu incessante acúmulo.

Retomemos o exemplo do Brasil, a partir dos anos 1940. O primeiro estágio de nacionalização da economia, através da criação de empresas estatais, autarquias mistas e o controle do aparelho de Estado sobre as áreas de produção estratégicas (petróleo, aço, minérios), aconteceu sob a tutela do Estado Novo. Segundo René Armand Dreifuss:

O Estado tornou-se um importante produtor de bens e serviços de infra-estrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado do Brasil. (...) A industrialização foi também estimulada pela vital transformação do consumo não-produtivo dos proprietários de terra, através do país, em capital de giro para os centros industriais. Isso foi alcançado através da estrutura bancária, que se expandiu enormemente no início da década de quarenta e que se ligou em parte aos setores agrários e à indústria através de laços comerciais e



familiares, reforçando assim a interdependência entre a oligarquia e a indústria. (DREIFUSS, 1981).

Ao criar as bases socioeconômicas para o desenvolvimento industrial no país, o Estado Novo acaba por moldar o que Dreifuss aponta como “um bloco histórico burguês”. O conceito de bloco histórico indica a articulação interna de uma dada situação. É um conceito histórico e analítico, colocado por Antonio Gramsci em diversas passagens dos seus *Cadernos do cárcere*. Para Gramsci, tal conceito representa “a unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e distintos” (GRAMSCI, 2011). O bloco, devemos acrescentar, é considerado pelo autor italiano como um nexos de unidade-distinção entre estrutura e superestrutura. Para ficar mais claro, deve ser pensado como uma unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura em determinado momento histórico<sup>3</sup>.

Capital bancário, Oligarquia agrária e Capital industrial conseguiram arquitetar seus interesses e garanti-los através da legitimidade do Estado e das Forças Armadas. O caminho para a industrialização estava aberto para o Brasil devido aos anos da depressão seguidos da eclosão da Segunda Guerra Mundial. O Capital estrangeiro marginalizou alguns setores da sua produção industrial, o que caracterizou nossa industrialização a partir da chamada substituição de importações.

As décadas seguintes são marcadas pela democracia-populista no plano político brasileiro e, por outro lado, por uma crescente relação das nossas Forças Armadas com o governo estadunidense.

É na década de 1950 que a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento desta forma monopolista no exterior, mas sim para incorporar-se a este crescimento como um de seus polos dinâmicos na periferia. As grandes corporações – estrangeiras, na sua maioria – contavam com facilidades e com espaços econômicos e políticos que permitiam a sua participação na vida econômica do país. A partir dessa conjuntura, pós-1950, que o capitalismo monopolista se configurou como um marco da divisão centro/periferia que persiste até hoje.

A questão de maior importância, aqui, é perceber como o papel do Estado brasileiro foi imprescindível para os negócios e o desenvolvimento da burguesia brasileira. O Estado foi o eixo para a recomposição do poder desta burguesia e aumentou a concentração do poder político de classe, estabelecendo uma fusão entre Estado e dominação de classe. Porém, esta

---

<sup>3</sup> Ler mais a esse respeito em GRAMSCI, 2011, pp.13-27.

transformação que estava em curso muda também a própria composição e o funcionamento do regime de classes. O Estado não funciona como um *comitê que gerencia os interesses da classe dominante*<sup>4</sup>: existem concessões econômicas, políticas, sociais feitas às classes subalternizadas que complexificam esta *relação entre Estado e luta de classes*. Ou seja, consideramos o Estado capitalista como uma entidade que pressupõe uma pluralidade de classes e frações de classe.

### **A redefinição da hegemonia no bloco no poder**

As pressões populares cresciam à época do populismo no Brasil e obtiveram seu ponto máximo durante o governo de João Goulart. As propostas para as reformas de base, do então presidente, agitavam as massas e, simultaneamente, amedrontavam as frações da classe dominante mais conservadoras e as Forças Armadas. Desde a conjuntura do Estado Novo, havia se formado no Brasil uma “burguesia nacionalista” que se posicionava politicamente contrária aos interesses estrangeiros no país. Essa pequena fração “nacionalista” era considerada, inclusive pelos intelectuais da esquerda – em sua maioria membros do Partido Comunista – como possíveis aliados das classes trabalhadoras e dos setores médios que lutavam contra o imperialismo<sup>5</sup>.

Grosso modo, era assim que se percebia a cena política às vésperas do Golpe Militar do dia 1º de abril de 1964. Havia, portanto, uma maioria de burgueses conservadores junto dos militares que pensavam ser João Goulart um perigoso comunista. Essa grande parcela da burguesia e os militares, desde a formação do bloco histórico no Estado Novo, tinham ótima relação com o capital estrangeiro (imperialista). E as classes trabalhadoras, com um possível aliado advindo da burguesia “anti-imperialista”, reivindicavam as reformas de base prometidas pelo governo.

Segundo R. A. Dreifuss, uma elite orgânica se organizava para a ação contra o governo reformista e as forças sociais que reivindicavam as reformas:

(...) os intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacionais e associados formaram um complexo político-militar, o IPES/IBAD, cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João

---

<sup>4</sup> “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”. (ENGELS; MARX, 2008, p.12). Esta definição do Estado moderno presente no *Manifesto* é de caráter abstrato e, portanto, não corresponde a uma realidade histórico-concreta e à nenhuma formação social específica. Se compararmos a definição de Estado moderno presente no *Manifesto* com a descrição feita por Karl Marx sobre Estado, partidos e toda a cena política complexa na França – na qual o Estado não aparece como um simples instrumento/aparelho nas mãos da burguesia – em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, p.e., podemos chegar à duas formas distintas de definição do Estado moderno na Teoria marxista, sendo que, uma não anula a outra, são complementares.

<sup>5</sup> Havia na época uma crença em que era necessária uma aliança democrático-popular para que se fortalecesse o capitalismo no país, primeiramente, tornando assim possível a nossa transição ao socialismo – concepção de revolução “etapista”, extremamente criticada por vários intelectuais, dentre eles Caio Prado Jr e Florestan Fernandes.



Goulart e contra o alinhamento das forças sociais que apoiavam a sua administração.(...) A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. (DREIFUSS, 1981).

Neste processo foi envolvida também aquela parcela “nacionalista” da burguesia brasileira que consideravam, erroneamente, até então, como possível aliada das classes trabalhadoras e das forças sociais das classes médias anti-imperialistas. Mesmo sem o apoio aliancista “democrático-popular”, as pressões populares nesta conjuntura foram determinantes para a organização do complexo IPES/IBAD<sup>6</sup> e na articulação – a partir das elites orgânicas, dos militares e dos interesses estrangeiros – que culminou no episódio do golpe de 1964. Se tomarmos por pressuposto que as lutas de classes definiram a constituição do tipo capitalista de Estado, podemos pensar que – já prevendo um Estado burguês ou capitalista instituído – também a luta de classes define as formas de Estado burguês (democráticas ou ditatoriais) e, em decorrência das mudanças no quadro do aparelho estatal, define ainda o regime político (democracia burguesa ou ditadura – que na sua maioria acontecem com o apoio dos setores militares)<sup>7</sup>.

As classes dominantes exercem, em conjunto, o poder político sobre as classes por elas exploradas, porém:

No seio do bloco das classes dominantes – que Nicos Poulantzas denomina “bloco no poder” –, uma classe ou fração prepondera politicamente sobre as demais, na medida em que os seus interesses econômicos são satisfeitos em caráter prioritário. Essa preponderância política de uma classe ou fração no seio do bloco no poder é designada por Poulantzas pelo termo “hegemonia”. (SAES, 2001).

Para Nicos Poulantzas, o conceito de bloco no poder se refere especificamente ao tipo capitalista de Estado. Tal conceito representa a relação específica entre as classes dominantes e o Estado capitalista (ou burguês). Como já afirmamos anteriormente, o Estado Capitalista pressupõe uma pluralidade de classes sociais e de frações de classe, considerando também, as funções que as classes dominadas exercem junto a este Estado. Devemos acrescentar ainda, segundo Poulantzas que:

<sup>6</sup> Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

<sup>7</sup> Nicos Poulantzas foi o primeiro autor, na teoria marxista, a fazer a distinção teórico-metodológica entre formas do Estado capitalista e regimes políticos (capitalistas). A forma de Estado, no capitalismo, corresponde ao aparelho de Estado, propriamente. Já os regimes políticos, correspondem à cena política, ou ainda, a luta política para além das instituições que compõem o Estado.

O bloco no poder relaciona-se à periodização da formação capitalista em estágios típicos. Recobre a configuração concreta da unidade destas classes ou frações em estágios, caracterizados por um modo específico de articulação, e por um ritmo próprio de escansão, do conjunto das instâncias. Neste sentido, o conceito de bloco no poder relaciona-se ao nível político, recobre o campo das *práticas políticas*, na medida em que este campo concentra em si, e reflete, a articulação do conjunto das instâncias e dos níveis de luta de classe de um estágio determinado. (POULANTZAS, 1977, *Grifos do autor*).

Apoiados pela noção da *relação entre Estado e luta de classes* e pelos conceitos de *bloco histórico* e *bloco no poder* podemos colocar o golpe militar no Brasil e os seus 20 anos de regime ditatoriais consecutivos como resposta a dois fatores: i) pressões populares, principalmente da classe operária; ii) crise de hegemonia dentro do bloco no poder. A formação do bloco histórico burguês, nos anos 1940, representou a pré-história política e ideológica da organização do complexo liderado pelas elites orgânicas na articulação para o golpe. A ditadura militar, portanto, cumpriu com duas principais funções, desorganizou e reprimiu severamente as classes subalternas e, por fim, redefiniu a hegemonia política no seio do bloco no poder. Como afirma Décio Saes:

O golpe militar de 1964 abriu caminho para o estabelecimento da hegemonia, no seio do bloco no poder, de uma rede de múltiplos interesses monopolistas. Tal rede apresentava duas características fundamentais: a) era dirigida pelo capital bancário (o segmento monopolista que obtinha, proporcionalmente, maiores vantagens com a política pró-monopolista implementada pelos sucessivos governos militares); b) articulava três segmentos monopolistas: a empresa estatal, o capital monopolista privado nacional e o capital monopolista privado estrangeiro (o chamado "tripé" cujos interesses fundamentais teriam inspirado a política econômica da ditadura militar). (SAES, 2001).

Uma especificidade do Brasil com relação ao novo padrão de acúmulo de capital – implantado desde os anos 1950 e, portanto, consolidado com o processo da ditadura militar – era a existência da fração do *capital bancário*, e não do *capital financeiro*, exercendo a hegemonia política no bloco no poder, pois, aqui, o capital bancário não se fundiu com o capital industrial. Essa não fusão e a ausência da criação de uma fração do capital financeiro permitiu, quando se pensa a hegemonia política, uma dissociação entre as funções que deveriam ser cumpridas pela classe que detém o poder político: o capital bancário representa a hegemonia política específica do bloco no poder, porém é o capital industrial – pela sua ligação visível com a produção – que realiza a função de organização da dominação ideológica sobre as classes trabalhadoras, representando, assim, uma fração hegemônica para

o conjunto da sociedade. E assim, a revolução burguesa no Brasil só se concretiza após o Golpe de 1964.

### Conclusão

Através das especificidades do processo brasileiro de transição ao capitalismo, podemos perceber que o autoritarismo é a tônica do Estado burguês brasileiro desde sua formação. As pressões populares são imprescindíveis para as mudanças na cena política e no aparelho de Estado, porém, aqui no Brasil, as respostas às pressões sempre tiveram um caráter autoritário e violentamente repressivo. Duas questões principais nos levam a pensar a esse respeito: a primeira é a espontaneidade assumida pelas massas nos seus movimentos reivindicatórios em geral – que ganham certa forma organizativa apenas no fim da ditadura militar com as greves e o movimento sindical-operário dos anos 1980. A segunda, sobre o autoritarismo do Estado, é preciso pensar que a própria burguesia estava “desorganizada” politicamente – as sucessivas crises de hegemonia política no seio do bloco no poder evidenciam essa questão – e, através do Estado, se utilizaram da força, o instrumento mais fácil e eficaz de conter as pressões populares, para “reestabelecer a ordem”.

A Ditadura Militar é a melhor forma de atestar essa *desorganização política* da burguesia brasileira. Ora, esta burguesia precisou de séculos para concretizar sua revolução, e esta concretização só acontece quando eles deixam de exercer diretamente seu poder político, que passa a ser exercido pelos militares. Porém, a partir das noções de bloco histórico e de bloco no poder apresentadas, foi possível observar a articulação entre frações monopolistas e oligopolistas da burguesia brasileira, o capital multinacional e associado (imperialista e estrangeiro) e os militares, que uniram forças para a ação (ou reação?) que desembocou no Golpe de 1º de abril de 1964.

Hoje, sob um regime democrático burguês no Brasil, ainda percebemos a necessidade de uma mobilização maior das classes subalternizadas, que alcancem um nível de consciência e de organização capazes de romper com a ordem social vigente. Através da mediação de um partido popular, que tome a proporção das massas e supere o burocratismo, o direito e o braço armado da burguesia, é que podemos caminhar para a verdadeira revolução: aquela que vai extinguir as classes sociais e todas as formas de supressão de um homem ao outro.

### Bibliografia

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro I. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e Classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SAES, Décio. *República do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.